

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25

ATA DA 59ª REUNIÃO DO COLIT – CONSELHO DO LITORAL. REALIZADA NA CIDADE DE PARANAGUÁ NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2010, PRESIDIDA PELO SR. PRESIDENTE E SECRETÁRIO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PARANÁ SR. JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO. ATA TAQUIGRAFADA E TRANSCRITA NA ÍNTEGRA. ASSUNTO PRINCIPAL: APROVAÇÃO DO PDDI/PARANAGUÁ.

1. O SR. PRESIDENTE (Jorge A. C. Afonso):- Boa-tarde a todos. Vamos
2. então dar início à 59ª Reunião do Colit que está sendo realizada na
3. cidade de Paranaguá conforme já informado aos Senhores, na data
4. de hoje, conforme comunicação encaminhada aos Senhores. Desde
5. já agradecemos a presença de todos. A reunião de hoje não tem
6. uma pauta extensa, porém, de alta densidade, porque situações
7. importantes serão resolvidas como, por exemplo, a aprovação do
8. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá.
9. A nossa Ordem do Dia está composta pela posse dos novos
10. Conselheiros Efetivos; aprovação das Atas das Reuniões da 56ª e
11. 58ª; depois teremos a aprovação do Plano Diretor de Paranaguá e o

26 12. Plano Diretor de Guaraqueçaba, se possível; e informes da
27 13. Presidência e Secretaria Executiva. Em seguida abriremos espaço
28 14. para pronunciamentos no momento adequado.
29 15. Verificado o quorum para esta reunião. Havendo quorum, então,
30 16. vamos para o primeiro item que é a posse dos novos Conselheiros.
31 17. Estamos designando para compor o Conselho pelo prazo de dois
32 18. anos a partir desta data, os seguintes representantes:
33 19. representante da Universidade Federal do Paraná / Litoral – Sr.
34 20. Ricardo Rodrigues Monteiro e seu suplente Paulo Henrique
35 21. Carneiro Marques (ausente); representante do CREA – 7ª Região, Dr.
36 22. (Airo Cruz) Neto e o suplente Dr. Alessandro Mota (ausente);
37 23. representante das Associações Comerciais do Litoral – Marcelo dos
38 24. Santos Machado (suplente ausente); representante das entidades
39 25. ambientalistas do Paraná – Litoral – Pedro Guimarães e temos
40 26. presente o suplente Marcelo Lemon; representante do Sindicato
41 27. Estadual de Servidores Públicos na Agricultura e Meio Ambiente e
42 28. entidades afins – Engenheira Florestal Viviane Rauta (suplente
43 29. ausente).
44 30. Então com a posse dada aos novos membros desejamos a todos um
45 31. profícuo trabalho. Sabemos que a demanda não é pequena e
46 32. estamos também certos da competência e liderança de vocês para
47 33. compor este Conselho. Uma vez que foram escolhidos pelas suas

48 34.entidades e este Conselho tem todas as boas esperanças e boas
49 35.referências nesse sentido. Visando otimizar nossa reunião
50 36.podemos passar para a aprovação das Atas das Reuniões 56ª e 58ª
51 37.Reuniões Ordinárias. Pelo informe que me foi dado pela Secretaria
52 38.Executiva do Conselho essas Atas já foram enviadas anteriormente
53 39.aos senhores. Pergunto se tem necessidade de leitura das mesmas
54 40.ou passamos direto para o processo de votação e aprovação. Muito
55 41.bem, vamos colocar em discussão e em votação a Ata da 56ª
56 42.Reunião Ordinária – APROVADA por unanimidade. Vamos colocar
57 43.em discussão e em votação a Ata da 58ª Reunião Ordinária do
58 44.COLIT – APROVADA também por unanimidade. Então que se
59 45.registre em Ata a aprovação das Atas das reuniões 56ª e 58ª.
60 46.Vamos passar agora para um momento que diria um dos mais
61 47.importantes da nossa reunião, se não o mais importante, e, ao
62 48.mesmo tempo, um momento histórico, porque vamos apreciar e na
63 49.sequência colocar em votação o Plano Diretor de Desenvolvimento
64 50.Integrado de Paranaguá. Instrumento de extrema importância para
65 51.orientação, para o planejamento e para a gestão das políticas
66 52.públicas. O Dr. Geraldo é quem vai fazer a apresentação?
67 53.O DR. GERALDO LUIZ FARIAS (SEDU):- Primeiro justificando a
68 54.ausência do Secretário Lipski que não poderia estar presente. Mas,
69 55.todo o processo de relatoria inicial do Plano Diretor de Paranaguá

70 56.foi realizado pela nossa Secretaria e, daquela relatoria inicial,
71 57.decorreram ações que caberiam à prefeitura adequar-se e
72 58.aprimorar-se ao excelente trabalho que já tinha apresentado. Desta
73 59.forma foram realizadas algumas reuniões com a prefeitura, com
74 60.representantes do Conselho, com representantes do CREA e com
75 61.representantes da Secretaria. Nesse tempo que decorreu a
76 62.prefeitura já avançou e temos condições de trazer à aprovação do
77 63.Conselho. Peço que o Geógrafo Carlos Storer faça a apresentação.
78 64.Antes quero dizer que na documentação que foi repassada aos
79 65.membros do Conselho, consta o relato integral dessa segunda
80 66.vistoria do Plano Diretor de Paranaguá e a apresentação vai se ater
81 67.ao resumo que também foi entregue aos senhores conselheiros
82 68.junto com o encaminhamento da Ata.
83 69.Vamos ouvir, então, o Sr. Carlos Augusto Storer que fará a
84 70.apresentação do trabalho.
85 71.O SR. CARLOS AUGUSTO STORER (SEDU):- Sr. Presidente e
86 72.Secretário, Sr. Prefeito, Senhores Membros do Conselho do Litoral,
87 73.senhores representantes, senhoras representantes dos Membros
88 74.Conselho. Junto à convocação da reunião foram encaminhadas as
89 75.duas cópias – a cópia da relatoria-síntese com 4 páginas e a cópia
90 76.da relatoria completa com vinte e duas páginas. E também a
91 77.apresentação da relatoria principal que aconteceu na 58ª Reunião

92 78.do COLIT, no dia 25 de junho de 2009 e também foi distribuída
93 79.junto à convocação desta reunião. Então submeto ao Plenário
94 80.solicitando ao presidente a forma de apresentação. Temos quatro
95 81.páginas, o material está exposto na tela e enfocamos em azul as
96 82.recomendações que ainda existem em relação ao Plano Diretor
97 83.antes da definição da submissão da sua aprovação ao Conselho e
98 84.membros do COLIT.

99 85.O SR. PRESIDENTE DO COLIT (Secretário Jorge A. Callado Afonso):-
100 86.Solicito que proceda à apresentação conforme previsto e
101 87.programado para que possamos, de forma conjunta, observar as
102 88.recomendações que foram feitas pela equipe que o analisou.

103 89.O SR. CARLOS AUGUSTO STORER (SEDU):- Agradeço, Sr. Presidente.
104 90.Alguns antecedentes até para os conselheiros que estão iniciando
105 91.sua participação no COLIT, no mês de julho de 2005 teve início os
106 92.trabalhos do PDDI de Paranaguá. Foi elaborado por uma equipe
107 93.técnica da Universidade Federal do Paraná por meio da Fundação
108 94.da Universidade Federal. E o município constituiu um Núcleo Gestor
109 95.de Acompanhamento com integrantes da equipe técnica municipal
110 96.dentre os quais aqui está a Arquiteta Vânia Froes que coordenou
111 97.esse trabalho representando a equipe técnica.

112 98.Nos anos de 2007 e 2008 o município de Paranaguá sancionou vinte
113 99.e três leis que integram o PDDI de Paranaguá, tendo aí a listagem

114 100. dessas Leis e acredito que não haja a necessidade de ler. Mas
115 101. foram vinte e três leis iniciais das quais nove leis são leis
116 102. complementares, portanto leis complementares à Lei Orgânica
117 103. do Município de Paranaguá; seis leis ordinárias que
118 104. regulamentam assuntos relativos ao Plano Diretor e oito leis
119 105. complementares que regulamentam, especificamente, algumas
120 106. dessas nove leis complementares ou as seis leis ordinárias.
121 107. No dia 25 de junho de 2009, na 58ª Reunião Ordinária do COLIT,
122 108. que aconteceu nas dependências da UFPR/Litoral, em Matinhos,
123 109. a SEDU ParanaCidade fez a apresentação da relatoria dessas
124 110. vinte e três leis. Após esse processo, no dia 18 de dezembro de
125 111. 2009, o município de Paranaguá através do Prefeito sancionou a
126 112. Lei Complementar nº 112 de 2009, regulamentando e alterando
127 113. nove das Leis anteriormente citadas. De forma a contemplar as
128 114. recomendações da Relatoria da SEDU que foi feita em 25 de
129 115. junho de 2009. Em relação a isso a SEDU/ParanaCidade elaborou
130 116. essa relatoria que estamos apresentando hoje e a ratificação de
131 117. algumas das recomendações anteriores que são essas. Ali temos
132 118. alguma dificuldade de verificar, mas as cópias se foram
133 119. distribuídas estão grafadas em azul, aqueles aspectos que a
134 120. Sedu/ParanaCidade ainda recomenda. Porque a
135 121. SEDU/ParanaCidade em relação à relatoria – junto ao COLIT,

136 122. além de fazer a relatoria com base na legislação estadual
137 123. vigente, principalmente a legislação de Uso e Ocupação do Solo
138 124. e a legislação de interesse turístico do Estado, a
139 125. SEDU/ParanaCidade também se utiliza principalmente das
140 126. atribuições do ParanaCidade que é de orientar técnica e
141 127. institucionalmente os municípios do Estado. Nesse sentido
142 128. recomendamos algumas ações que, a nosso ver, são ações
143 129. importantes para que o Plano Diretor saia do papel e aconteça
144 130. no dia-a-dia da prefeitura e da coletividade, considerando que o
145 131. Plano Diretor é um instrumento de planejamento, mas, ao
146 132. mesmo tempo, instrumento político, administrativo e
147 133. democrático em função da participação efetiva da sociedade.
148 134. Então a primeira recomendação é aprovar a Lei Municipal
149 135. específica prevista no art. 59 da Lei original do Plano Diretor, que
150 136. é a implantação do instrumento do Direito de Preempção. O
151 137. Direito de Preempção é o Direito que dá a preferência para que
152 138. o município adquira áreas antes da negociação entre entidades
153 139. ou entre pessoas físicas da sociedade, garantindo muitas vezes
154 140. até mesmo estoques de terras para habitação popular,
155 141. garantindo áreas para a preservação, conservação e recuperação
156 142. do meio ambiente, garantindo áreas para algumas alternativas
157 143. que o município tenha necessidade. No caso aqui de Paranaguá

158 144. para ações portuárias, para ações de infraestrutura às ações
159 145. portuárias. Então o Direito de Preempção é importante nesse
160 146. sentido.
161 147. A segunda recomendação é a aprovação das leis municipais
162 148. específicas para as operações urbanas consorciadas. O
163 149. instrumento da Operação Urbana Consorciada é o instrumento
164 150. que possibilita o consórcio entre a administração pública e a
165 151. iniciativa privada para urbanização de determinadas áreas. E
166 152. Paranaguá pela carência que tem de recursos em relação à muita
167 153. demanda de ações territoriais, pode se utilizar desse ferramenta
168 154. em benefício da coletividade, visando essa parceria entre poder
169 155. público e entidades privadas e mesmo moradores de
170 156. determinados locais, visando disponibilizar determinadas áreas
171 157. da cidade para urbanização, para ocupação, inclusive para
172 158. ocupação do ponto de vista de desenvolvimento de atividades
173 159. econômicas e não apenas do ponto de vista de habitação.
174 160. Vamos ao item 1: recomendações em relação ao perímetro
175 161. urbano. A proposição é conferir se a coordenada e é uma
176 162. discussão extremamente técnica e já conversamos com a Vânea.
177 163. É uma questão apenas de verificar ali e ver se a coordenada está
178 164. correta para que o polígono do perímetro se feche e facilite o
179 165. dia-a-dia da prefeitura na aprovação de novos loteamentos. Uma

180 166. vez que os novos loteamentos são apresentados em meio digital
181 167. e para serem loteamentos urbanos têm que estar integrados
182 168. dentro do polígono que define perímetro urbano.
183 169. Quanto ao zoneamento nossa recomendação é revisar o mapa
184 170. de alteração do zoneamento em relação a determinados usos,
185 171. particularmente junto às faixas de domínio das rodovias que são
186 172. as zonas de restrição à ocupação. E incluir zonas de restrição e
187 173. ocupação em ambos os lados da PR-508 entre a faixa de domínio
188 174. da rodovia e o corredor de primeiros serviços. Também delimitar
189 175. zonas de restrições à ocupação paralelas às faixas de domínio
190 176. das rodovias PR-407 e PR-508 na zona rural. Considerando que é
191 177. importante essa preservação ao longo das faixas de domínio das
192 178. rodovias, uma vez que essas rodovias são rodovias de interesse
193 179. regional e não apenas, embora estejam dentro do território do
194 180. município de Paranaguá, são rodovias importantes para o
195 181. desenvolvimento regional, para os municípios particularmente
196 182. de Matinhos e Pontal do Paraná.
197 183. A relatoria recomenda e essa é uma ação que a SEDU recomenda
198 184. por parte da SEMA e por parte da Secretaria Executiva do COLIT,
199 185. do IAP e agora do Instituto de Águas no sentido de que os
200 186. proprietários dos imóveis que tenham as áreas que integram
201 187. essas zonas de restrição à ocupação recebam a necessária

202 188. orientação, inclusive da prefeitura, para que em parceria com a
203 189. SEMA, IAP, ITCG e Prefeitura para averbação dessas áreas como
204 190. reservas legais no Sistema Estadual de Manutenção,
205 191. Recuperação e Proteção da Reserva Legal e das áreas de
206 192. Preservação Permanente que é o SISLEG. E, posteriormente,
207 193. para as providências referentes à averbação das reservas legais
208 194. nas matrículas dos respectivos imóveis. Isso é importante por
209 195. quê? Porque garante, efetivamente, às áreas de restrição e
210 196. ocupação sejam restritas à ocupação e que os proprietários
211 197. desses imóveis tenham, de alguma forma, uma indenização,
212 198. tenham um amortecimento, digamos, desse investimento
213 199. ambiental que estão considerando e por outro lado as
214 200. prefeituras e, no caso específico, estamos falando da prefeitura
215 201. de Paranaguá, tenha a possibilidade de receber ICMS Ecológico
216 202. por essas áreas. Nesse sentido que estamos recomendando esta
217 203. ação.

218 204. Quanto ao sistema cicloviário que também é previsto no Plano
219 205. Diretor de Paranaguá, a recomendação é incluir na Lei do
220 206. Sistema Cicloviário, dois anexos: que são anexos que dão
221 207. possibilidade para que o Plano do Sistema Cicloviário
222 208. efetivamente aconteça e aconteça ao longo do tempo na medida
223 209. em que o município vem fazendo investimentos em

224 210. pavimentação urbana. Então, primeiro, que sejam definidas
225 211. quais são as vias que receberão essas ciclovias, as ciclofaixas e as
226 212. faixas compartilhadas e que essas vias sejam mapeadas. E que a
227 213. partir da definição das vias e do mapeamento todo investimento
228 214. nessas vias públicas já leve em consideração o futuro traçado das
229 215. ciclovias, das ciclofaixas ou das faixas compartilhadas fazendo
230 216. com que essas faixas comecem a ser implementadas ao longo do
231 217. tempo e que não tenha que se desfazer alguma coisa para fazer
232 218. outra mais à frente, tendo economia de esforços.

233 219. A outra recomendação é a agilização dos procedimentos para a
234 220. elaboração do Projeto de Lei da conduta do ciclista. Sabemos nós
235 221. que está na legislação de Paranaguá essa preocupação.

236 222. Paranaguá tem uma quantidade grande de ciclistas e que então
237 223. um trabalho no sentido de começar uma educação para a
238 224. utilização da bicicleta, um trabalho de educação para a utilização
239 225. da bicicleta é muito importante para a prevenção de acidentes
240 226. por parte dos ciclistas e fazendo, então, esse trabalho de
241 227. educação em relação aos ciclistas, aos motoristas, aos pedestres
242 228. no sentido da observação das regras básicas de trânsito pelos
243 229. ciclistas, não apenas pelos condutores de veículos automotores.

244 230. Quanto ao Parcelamento do Solo, a recomendação é e
245 elaboração de um regulamento com o estabelecimento dos
246 parâmetros urbanísticos para os condomínios horizontais.

247 Condomínios horizontais que têm sido alternativas de moradia para
248 a população nos últimos tempos, embora seja um assunto
249 controverso, é uma situação que existe e é importante o município
250 começar a discutir com a sociedade como é que se darão esses
251 condomínios, quais serão as regras a serem observadas no sentido
252 de que haja uma convivência adequada desses condomínios com a
253 área já urbanizada da cidade e também o interesse da cidade em
254 termos de circulação, de locomoção, de tal forma que esses
255 condomínios não venham de alguma forma a limitar a expansão
256 principalmente das vias principais da cidade.

257 231. O outro item em relação a Parcelamento é a elaboração do
258 regulamento definindo os valores das penalidades administrativas e
259 multas. Uma vez que o Plano não tem essa definição e se o
260 município, efetivamente, começar a fazer a implementação ele vai
261 ter necessidade de ter a definição dos valores das sanções das
262 multas para aqueles que infringirem a regulamentação e o
263 parcelamento do solo para fins urbanos no território de Paranaguá.

264 232. Quanto ao Código de Posturas. A recomendação se dá no
265 sentido de uma compatibilização do texto, porque o texto do
266 Código de Posturas em determinado momento ele proíbe
267 terminantemente a ocupação de calçadas e passeios públicos para
268 atividades comerciais e em outra situação ele permite. Então criou
269 ali uma situação controversa. Então a gente vem recomendando
270 que o município retome essa discussão, defina as regras de que
271 forma os passeios públicos poderão vir a ser ocupados,
272 principalmente por Paranaguá ser uma cidade de interesse
273 turístico, ser uma cidade que tem um clima que possibilita esse tipo
274 de atividade, mas, essa ocupação precisa ser regulamentada
275 adequadamente e não pode existir essa controversa de ora
276 permitir, ora proibir, mas permite de qualquer forma garantir a
277 circulação dos pedestres.

278 233. Para a conclusão é de praxe a SEDU/ParanaCidade fazer a leitura
279 na íntegra o item que fecha as relatorias. Então farei a leitura na
280 íntegra das duas conclusões em nome do Relator oficial que é o
281 Secretário de Desenvolvimento Urbano – Wilson Bley Lipski.
282 Conclusões:

283 234. “A ratificação de recomendações da relatoria da SEDU de 25 de
284 junho de 2009, assim como as recomendações desta nova relatoria
285 referentes à Lei Complementar nº 112/2009 de 18 de dezembro de
286 2009, aprovada e sancionada, visando acatar as recomendações da
287 relatoria da SEDU de 25 de junho de 2009, são importantes para o
288 processo de implementação do PDDI/Paranaguá. As referidas
289 recomendações, entretanto, não impedem a consolidação do
290 processo de implementação do PDDI/Paranaguá, face ao que a
291 SEDU recomenda que o COLIT delibere em favor de sua aprovação,
292 aceitação com o compromisso do município em prover os meios e
293 implementar as recomendações anteriormente expostas, em prazos
294 que não extrapolem 180 dias, a contar desta data, que deve ser
295 acordado entre o município e este órgão colegiado”.

296 235. Foi assinado em 26 de novembro de 2010. Está sendo
297 apresentado hoje em 17 de dezembro de 2010 e vai assinado por
298 mim que coordenei o trabalho de relatoria do Plano Diretor de
299 Paranaguá – Carlos Augusto Storer e pelo colega e Coordenador da
300 Região Metropolitana de Curitiba e Litoral – Geraldo Luiz Farias que
301 aqui está representando o Secretário e pelo Secretário Wilson Bley
302 Lipski – Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e
303 Conselheiro do COLIT.

304 236. Muito obrigado, estamos à disposição.

305 237. O SR. PRESIDENTE DO COLIT (Secretário Jorge Augusto Callado
306 Afonso):- Agradecemos a consubstanciada explanação do Dr. Carlos
307 Augusto Storer que leu o Parecer. O Parecer do Relator foi
308 acompanhado por todos nós, nos compete, agora, colocar em

309 discussão o Parecer do Relator. Peço que se alguém for fazer algum
310 encaminhamento que o faça de forma bem objetiva. Na sequência
311 passaremos ao processo de votação e finalização para aprovação do
312 Plano de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá. Lembrando
313 que este é um momento histórico, será o primeiro município do
314 Litoral que terá seu Plano de Desenvolvimento Integrado, seu Plano
315 Diretor aprovado.

316 238. Abrimos para discussão o Parecer do Relator. Não havendo
317 quem queira discutir passamos para a votação: APROVADO POR
318 UNANIMIDADE o Parecer do Relator com as condicionantes
319 estabelecidas. O Plano foi aprovado por unanimidade. Parabéns
320 Prefeito Baka e toda equipe. (Palmas)

321 239. O segundo item da nossa pauta e que pedimos para suprimir,
322 seria a discussão e aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento
323 Integrado de Guaraqueçaba. Existem alguns ajustes ainda a serem
324 realizados nesse Plano, por recomendação da Secretaria da Cultura.
325 Como a Secretaria da Cultura não está presente para fazer o devido
326 relato coloco para a Mesa que esse Plano seja apresentado e
327 colocado em votação e em discussão já na primeira reunião do
328 COLIT em 2011. Assim procederemos para que ele seja aprovado de
329 uma forma bastante consubstanciada. Está em discussão e em
330 votação: APROVADA a sugestão. Então para a próxima reunião será
331 discutido e apreciado o Plano de Guaraqueçaba e peço que o
332 Secretário Executivo já encaminhe isso e fique registrado em Ata.

333 240. Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Prefeito José Baka Filho.

334 241. O SR. PREFEITO DE PARANAGUÁ (José Baka Filho):- Boa-tarde
335 Secretário, boa-tarde a todos e a todas, membros do Conselho.
336 Quero, aqui, manifestar o meu agradecimento em nome da cidade
337 de Paranaguá, ao Conselho, ao conjunto dos relatores, a todos que
338 incansavelmente se dedicaram a corrigir e a colocar sugestões no
339 Plano apresentado pelo município e dizer que com esse documento

340 legal estamos buscando aperfeiçoar as ações dentro do município
341 de Paranaguá. Pensando o nosso crescimento de maneira
342 equilibrada, com preservação ambiental e qualidade de vida. E
343 agradecer, também, à equipe do município de Paranaguá que se
344 dedicou bastante para que isso acontecesse. Então a todos vocês
345 que participaram desse longo e exaustivo processo, o meu muito
346 obrigado em nome da cidade de Paranaguá.

347 242. Agora, Secretário, com o Plano aprovado, a partir de segunda-
348 feira o município vai começar a legislar sobre as questões
349 ambientais. Muito bom. Temos todo um conjunto exigido pela
350 Constituição que é uma Secretaria própria de Meio Ambiente, um
351 Conselho Municipal de Meio Ambiente, um Fundo Municipal de
352 Meio Ambiente, Código Ambiental Municipal, Plano Diretor de
353 Desenvolvimento Integrado aprovado onde está delimitado as
354 áreas de expansão, de ocupação residencial, industrial e também as
355 áreas de preservação.

356 243. Então acho que não resta mais nenhuma dúvida de que a partir
357 de agora o IAP poderá ter um alívio nas suas funções com relação
358 ao licenciamento nas áreas dentro do perímetro Urbano, é claro,
359 que é o que prevê o art. 21 da Constituição Federal. Acho que não
360 teremos a partir de agora nenhum conflito de competência. Estou
361 colocando isso dessa maneira porque sei que existe esse conflito de
362 competência. Sabemos que os próprios órgãos ambientais, tanto o
363 próprio IBAMA que é o delegatário maior, também tem esse
364 conflito. Tivemos aí há pouco dias a Audiência Pública para a
365 discussão do impacto ambiental da ampliação do cais da TCP. E
366 deixamos registrado os diversos itens que não têm sido
367 contemplados nessa avaliação. Então queremos ajustar isso a partir
368 de agora e quero também dizer que teremos para os próximos
369 anos, acredito, se o Congresso não agilizar e não regulamentar esse
370 artigo que se não me engano é o art. 21 da Constituição Federal –
371 que já está em debate no Congresso Nacional – e que a gente prevê

372 que haja, realmente, essa distribuição das séries de competências
373 sem ocorrer o conflito entre elas, teremos dificuldades enormes no
374 campo jurídico. Até porque todos haverão de começar a exigir e
375 discutir judicialmente essas questões e não é o que a gente quer,
376 não é o que a sociedade quer e que não é o que as pessoas desejam
377 também.

378 244. Mas quero, neste momento, Presidente, lhe parabenizar pelo
379 curto período em que o senhor esteja à frente aí, um período de 9
380 meses na Secretaria de Meio Ambiente, pelo trabalho que o senhor
381 realizou à frente da Secretaria, por todo seu empenho, por toda sua
382 dedicação. Vários nós que tínhamos conseguimos desfazer em seu
383 período, principalmente para nós aqui em Paranaguá e por todo o
384 Litoral. Temos, também, em processo de execução o Projeto do
385 Aterro Sanitário de Paranaguá. A licitação já aconteceu, a empresa
386 já é a vencedora, ela já está executando o Projeto e creio que
387 Paranaguá terá nos próximos meses o início das obras para a
388 execução de um Aterro Sanitário onde então teremos a
389 oportunidade de lacrar, definitivamente, o aterro controlado, o
390 velho lixão do Embocoí que é uma chaga dentro de Paranaguá de
391 mais de 40 anos e que com o esforço de todos, aqui, haveremos de
392 realizar esse conquista.

393 245. Então quero lhe parabenizar por todo o trabalho, por todo o
394 esforço e até porque temos hoje essa reunião, aqui, muito porque o
395 senhor se empenhou para que ela acontecesse e nos apoiou e
396 apoiou todos os municípios do Litoral. Parabéns, obrigado pelo seu
397 trabalho. Claro que ninguém faz nada sozinho, tem uma equipe por
398 trás e que toda sua equipe considere-se, também, elogiada por nós
399 e reconhecidamente e publicamente o reconhecimento do seu
400 trabalho – pela competência e dedicação.

401 246. Era isso, obrigado.

402 247. O SR. PRESIDENTE DO COLIT (Secretário Jorge Augusto Callado

403 Afonso):- Prefeito Baka, agradecemos as manifestações, mas
404 informamos que isso faz parte da nossa missão, uma vez que
405 delegada assim pelo Governador Pessuti. E como missão não se
406 escolhe, não se discute missão, cumpre-se, e cá estamos nós
407 tentando cumprí-la da melhor forma possível.

408 248. Em relação ao licenciamento o Brasil tem que passar por um
409 momento de maturidade nos seus licenciamentos ambientais.
410 Ainda estamos pautados por documento de 86, um documento de
411 início do Conama, ou seja: o tempo passou, as demandas mudaram
412 e ainda estamos pautados por algumas situações que precisam ser
413 verificadas. Ontem, ainda, conversando com a Ministra Isabella, em
414 Brasília, Ministra Isabella Teixeira do Meio Ambiente, ela já informa
415 que até o final do ano novas normas de licenciamentos ambientais
416 já serão publicadas, visando dar celeridade aos processos. Claro que
417 a descentralização para os municípios e determinadas formas de
418 licenciamento torna-se muito importante, da maneira que se torna
419 muito importante, também, que os municípios tenham estrutura
420 para absorver essa demanda. O que parece que é o que está
421 acontecendo com Paranaguá. Paranaguá caminha a passos largos
422 para sua maioria ambiental. Estamos com um Plano Diretor,
423 com a possibilidade de o licenciamento ser descentralizado – o que
424 é muito importante. Sabemos que quem conhece muito bem o que
425 está acontecendo no seu município são os seus integrantes, os seus
426 administradores. Às vezes para uma vistoria, para uma prioridade
427 se torna muito difícil que alguém da Sede tenha a mesma
428 prioridade que venha a ter alguém do município em alguns
429 empreendimentos que vamos considerar e consideramos
430 estratégicos. Então esse é um avanço que está previsto em termos
431 de licenciamento ambiental.

432 249. Quando o senhor fala do novo Aterro faço, aqui, uma confissão:
433 esse assunto sempre foi tratado com bastante carinho, porque logo
434 que assumi a Diretoria de Saneamento Ambiental da Antiga

435 Suderhsa, no dia 4 de janeiro de 2003, a primeira visita que fiz
436 como Diretor foi ao Embocoí. Logo, na sequência, conseguimos
437 aqueles acordos com a Petrobrás, onde na época do então
438 governador Requião, ainda, foram assinados os termos de
439 compromissos, convênios e a Petrobrás acompanhando. E,
440 felizmente, como o senhor já comentou, prefeito, estamos na fase
441 de finalização do Projeto e início da obra. Claro que é um tempo
442 analisando do ponto de vista cronológico até longo, mas digo a
443 vocês que é um tempo justificado. Porque qualquer obra que se
444 faça no Litoral a atenção é extremamente redobrada. Licenciar no
445 Litoral é muito mais específico para não dizer difícil, a atenção tem
446 que estar muito mais voltada do que empreendimentos em outros
447 ecossistemas, outros biomas.

448 250. Temos aqui um lençol freático aflorante, estamos em região de
449 Floresta Atlântica, temos particularidades climáticas. Projetos que
450 servem para outras regiões do Estado não se adaptam ao Litoral por
451 questões muito próprias conforme falei. Então esse tempo que
452 decorreu – desde a assinatura do convênio com a Petrobras até
453 agora é perfeitamente justificável. Agradeço, também, ao
454 município, por ter conseguido a legalização dessa área, não só do
455 ponto de vista de domínio, mas, também, do ponto de vista
456 ambiental. Então diria que é uma obra emblemática não só para
457 Paranaguá, mas para o Paraná, também. Porque foi um exemplo de
458 como se faz as coisas de forma conjunta, quando se conjugam
459 esforços para atingir um bom objetivo.

460 251. Dando sequência às inscrições, com a palavra o Pedro
461 Guimaraes.

462 252. O SR. PEDRO GUIMARAES:- Boa-tarde a todos e na pessoa do
463 Luiz Geraldo quero cumprimentar a todos. Talvez nós sejamos os
464 mais antigos remanescentes do COLIT. Lamento, assim, que toda
465 vez que retorno ao Conselho do Litoral indicado pelos pares

466 ambientalistas, vejo um momento de crise no Conselho do Litoral.
467 Tive a obrigatoriedade de ler aquela Ata e de distinguir ou de
468 destacar ataques ao Conselho do Litoral e está aqui a prova cabal
469 de que o COLIT é um instrumento importante para a complexidade
470 do nosso Sistema. Espero que o Prefeito Baka que já está fazendo
471 história com o Plano Diretor, que ele tenha essa honra, também, de
472 selar o Embocoí, uma das maiores chagas ambientais do Sul do país,
473 que ele tenha esse privilégio. Não sei exatamente como está a
474 estrutura da Prefeitura de Paranaguá apesar de ser vizinho, moro
475 em Matinhos. Hoje Matinhos tem o privilégio no COLIT de ter dois
476 moradores, duas instituições do município dentro do Conselho do
477 Litoral que é o Campus da UFPR e a Associação ANOÉ – a qual eu
478 represento, aqui, como suplente, uma pessoa que trabalhou
479 também na região no início das primeiras formatações do Parque
480 Nacional Saint Hilaire da Mater Natura. E gostaria de perguntar ou
481 recomendar ou pedir ao Prefeito Baka agora que ele tem Plano
482 Diretor, que ele dê uma especial atenção para um instrumento
483 fundamental da política local de meio ambiente que é o Conselho
484 Municipal de Meio Ambiente: prestígio, estruturação. Não achar
485 que o Conselho Municipal de Meio Ambiente pode vir a ser um
486 freio ou um inimigo político.

487 253. Estive recentemente numa conferência tratando de bacias e
488 houve o relato de uma região da Flórida onde os conselhos não são
489 nem tão técnicos quanto aqui. Existe até uma exigência de que os
490 componentes dos Comitês de Bacias não sejam técnicos e não
491 tenham funções, digamos assim, apenas a órgãos públicos e a
492 órgãos técnicos. Então é o meu pedido ao Prefeito que está dando
493 um avanço na cidade que também olhe esse instrumento com
494 carinho. Se quer ter a competência licenciatória, a Resolução
495 237/97, do Conama, num de seus últimos artigos diz que para
496 exercer essa atribuição ele deve ter bem montado, bem
497 estruturado, bem capacitado o seu Conselho Municipal de Meio

498 Ambiente.

499 254. Para nós das instituições que tomaram posse hoje, na próxima
500 reunião quero trazer uma extensa pauta de indagações sobre o
501 Conselho do Litoral, tanto para melhorá-lo cada vez mais, quanto
502 para dirimir situações assim... Em 1989 quando os prefeitos
503 assumiram e era então Secretário de Meio Ambiente – o Roberto
504 Requião, também houve uma instância dessa de tentar detonar o
505 Conselho do Litoral. Nós fomos chamados, tivemos uma reunião
506 histórica lá na SEDU, toda sociedade civil e conseguimos mostrar
507 que o Conselho do Litoral não é um inimigo dos municípios do
508 Litoral. Retorno num momento para mim, até assim, fiquei digo –
509 de novo? De novo? Quando estive em Angra dos Reis num
510 Seminário Internacional de Matriz Energética, o Secretário de
511 Desenvolvimento de Turismo de Angra dos Reis, pediu assim de
512 uma forma bastante simpática uma coletânea da legislação do
513 Conselho do Litoral porque lá eles não têm esses instrumentos. E a
514 cidade tem 200 obras de contenção de encostas que consomem o
515 seu orçamento.

516 255. Então vejo, hoje, um novo representante do CREA. Gostaria de
517 rever algumas coisas, obras embargadas, não é verdade? O mosaico
518 de Unidades de Conservação, o Plano de Gerenciamento de
519 Resíduos Sólidos, tudo isso a gente vai trazer e espero que
520 consigamos, de novo, superar essa etapa de ataques, de
521 desprestígio e de dizer assim: vamos acabar com o Conselho do
522 Litoral e 54 deputados! Por favor, não é esse o pensamento das
523 entidades ambientalistas, tampouco da sociedade de Matinhos.

524 256. Muito obrigado, Geraldo. Muito obrigado Secretário.

525 257. O SR. PRESIDENTE DO COLIT (Secretário Jorge Augusto C.
526 Afonso):- Agradeço sua manifestação e não é esse o pensamento do
527 Governador do Estado. Uma vez que temos os Conselhos como
528 nossos companheiros de gestão. É importante que toda a sociedade

529 seja representada, toda sociedade organizada seja representada,
530 por isso cá estamos trabalhando com os Conselhos. Assim como
531 trabalhamos com o Conselho Estadual de Meio Ambiente e o
532 Conselho Estadual de Recursos Hídricos e demais Conselhos
533 também. Digo que os Conselhos e o próprio processo de
534 licenciamento ambiental, eles não impedem o desenvolvimento,
535 eles qualificam o desenvolvimento das regiões. Essa é a nossa visão.
536 O senhor está aqui como o nosso representante titular e tem o seu
537 suplente presente, também, o Biólogo Marcelo Lemon, é um
538 privilégio porque o tive como meu aluno durante a graduação do
539 Curso de Biologia durante três longos anos. Então agradeço sua
540 presença também.

541 258. Dando continuidade aos pronunciamentos, com a palavra o Dr.
542 Walter Horst.

543 259. O DR. WALTER HORST:- Boa-tarde a todos. Queria, antes de
544 mais nada, parabenizar o município de Paranaguá na pessoa do
545 Prefeito Baka pelo momento histórico e realmente muito
546 importante, lembrando da necessidade da expansão consciente e
547 responsável sempre nos preceitos da Agenda 21. Acho que um
548 Protocolo como o de Kioto reordenou todo este seqüenciamento
549 ambiental e não pode deixar de existir, não pode ser deixado de
550 lado, principalmente pelo princípio da precaução e da própria
551 responsabilidade.

552 260. Gostaria de ressaltar e reforçar a importância do COLIT para o
553 desenvolvimento do Litoral paranaense e parabenizar aos
554 conselheiros ingressantes, lembrando-os da importância do estudo
555 do Regimento e da construção da grandeza do que o COLIT
556 representa, na preservação desse grande nicho ambiental do
557 remanescente brasileiro ainda.

558 261. Pedi a palavra em função de uma aprovação feita na Ata 56^a,
559 que apesar de ter ocorrido em 19 de junho de 2009, foi aprovada

560 somente hoje. Nas linhas 264 a 267 é feita a consulta e aprovada a
561 criação de um Grupo de Trabalho para a revisão do Regimento do
562 Conselho. Gostaria de ler as palavras do então Presidente da Mesa,
563 o Secretário Alan Jones dos Santos, quando ele diz: “Dando
564 encerramento a esta 56ª Reunião do Conselho gostaria de fazer
565 algumas considerações. Seguindo a linha do Secretário Executivo a
566 respeito de repensar o Conselho, porque nós temos que pensar,
567 realmente, num organismo que pense no Litoral 24 horas por dia e
568 não uma vez por mês ou casualmente. Ciente que é importante sob
569 todos os aspectos repensar o funcionamento do Conselho e até
570 partir para uma Coordenadoria de Desenvolvimento para o Litoral
571 como os órgãos que existem – COMEC e COMEM – Coordenação da
572 Região Metropolitana de Maringá para que possamos repensar o
573 Litoral”.

574 262. Isto é de extrema importância, esse grupo não foi instalado
575 apesar de decidido e gostaria que a Mesa definisse esta instalação,
576 propusesse essa instalação devido à importância desse assunto.
577 Obrigado.

578 263. O SR. PRESIDENTE DO COLIT (Secretário Jorge Augusto C.
579 Afonso):- Esse Grupo conforme estava preconizado em Ata que foi
580 aprovada no início da nossa reunião, ele posso ser instalado já na
581 próxima semana. E peço ao Secretário Executivo que já faça os
582 devidos encaminhamentos para que os Conselheiros indiquem seus
583 representantes nesse Grupo de revisão do Regimento Interno.
584 Como todo Regimento Interno é importante que sempre tenhamos
585 as revisões para dar maior celeridade aos processos.

586 264. Concedo a palavra ao Prefeito Baka.

587 265. O SR. PREFEITO DE PARANAGUÁ (José Baka Filho):- Gostaria de
588 fazer uma complementação aqui de informação. Agradeço as
589 referências elogiosas do Conselheiro que me antecedeu. Mas, o
590 Conselho Municipal de Meio Ambiente, em Paranaguá, se reúne,

591 regularmente, uma vez por mês. Inclusive na última reunião
592 tivemos a presença do Promotor Estadual do Meio Ambiente, Dr.
593 Alexandre Gaio, também participei, o IBAMA e todos. Então temos
594 aí uma convivência bastante harmoniosa e também bem discutida.
595 Nos reunimos com fidelidade regularidade, até porque Paranaguá tem se
596 empenhado e a sociedade como um todo, também, nesse sentido.
597 Digo que ficamos felizes em poder ter a aprovação do nosso Plano
598 Diretor, porém, quando fizemos a entrega do Plano Diretor para o
599 COLIT, já lembramos ali que de acordo com o Estatuto das Cidades,
600 cidades com população acima de 50 mil habitantes não precisam
601 ter seus planos aprovados pelos conselhos. É até 50 mil habitantes
602 só. E, nesse caso, Paranaguá estaria fora. Mas fizemos questão de
603 encaminhar nosso Plano para o Conselho até para que tivesse essas
604 contribuições que nós tivemos, nós as acatamos de todas as
605 maneiras para evitar e para permitir que o Plano fosse mais
606 conhecido, também, por toda nossa sociedade do Litoral
607 paranaense e pelos conselheiros. O grande problema que tivemos
608 com relação às brigas dos prefeitos e as broncas dos prefeitos com
609 o COLIT é que não acontecia o que está acontecendo hoje, aqui, por
610 exemplo: de ter a reunião do Conselho no Litoral. Tínhamos as
611 reuniões do Conselho do Litoral todas em Curitiba e era difícil fazer
612 entender que deveria ser em um ou em outro município do Litoral.

613 266. Mas, o Secretário nos entendeu e num primeiro momento já nos
614 auxiliou e temos aí essa honra de estar sediando as reuniões do
615 Conselho. É isso. Obrigado.

616 267. O SR. PRESIDENTE DO COLIT (Secretário Jorge Augusto C.
617 Afonso):- Em relação ao Conselho do Litoral não tivemos tempo
618 hábil de transferir a sede do COLIT para o Litoral, seria importante.
619 Mas, em contrapartida, nomeamos um Secretário Executivo do
620 Litoral para que acompanhe. Porque, na realidade, os secretários
621 executivos dos conselhos acabam sendo a “alma” do Conselho.
622 Todas as correspondências, as questões técnicas, a interface com as

623 demais secretarias é importante que tenha alguém com experiência
624 e que conheça da região. Não ficaria muito adequado você ter um
625 secretário do Litoral sem essa vinculação direta.

626 268. Vamos partindo agora para o encerramento. Quando falamos
627 em Litoral isso nos remete a verão e nos remete à Operação Verão.
628 Vou fazer alguns informes sobre a estrutura que o governo Orlando
629 Pessuti está deixando agora para a operação verão. Formatou isso
630 de uma forma bastante efetiva e passo alguns relatos de forma
631 bastante objetiva.

632 269. Nos antecedendo aos problemas sazonais que ocorrem no verão,
633 como excesso de chuvas, cheias e assim por diante, para minimizar
634 esses efeitos iniciamos já em outubro, no Litoral, a limpeza de 125
635 km de canais. Fizemos isso com base em bons parâmetros
636 ambientais, obviamente, mas, retirando o excesso de sedimento
637 que acabou se formando ao longo do tempo e, no caso das cheias,
638 os efeitos são sempre catastróficos. Então pretendemos minimizar
639 esses efeitos com essa limpeza dos canais.

640 270. Outra ação também que é um problema sério durante a
641 Operação Verão e os municípios do Litoral recebem uma
642 quantidade enorme de pessoas e nem sempre existe condições de
643 fazer frente a essa demanda. Então o Estado entra como apoio na
644 questão da coleta e destinação final adequada dos resíduos sólidos,
645 o lixo. Sabemos que embora seja uma atribuição do município o
646 Estado deve entrar como estamos fazendo. Então ampliamos nossa
647 Operação em relação à coleta de resíduos sólidos. Além da coleta
648 de resíduos sólidos orgânicos temos os recicláveis, também.
649 Ampliamos o número de caminhões: de 48 caminhões ampliamos
650 para 65 e já digo porque fizemos isso; número de pessoas que estão
651 trabalhando em exercício anterior tivemos quinhentos e poucas
652 pessoas e este anos em torno de 630, o qual recomendamos para
653 as empresas que venceram a licitação que contratassem mão-de-

654 obra do Litoral para gerar mais uma oportunidade de emprego e
655 renda para as pessoas daqui. Então além desse incremento de
656 equipamento e pessoas também expandimos os serviços.
657 Guaraqueçaba não estava sendo atendida pelo serviço de limpeza
658 pública na Operação Verão, incluímos Guaraqueçaba, Superagui,
659 Ilha Rasa, Ilha do Almeida e Ilha das Peças que passa a ser atendida
660 juntamente com a Ilha do Mel que, tradicionalmente, já vem sendo
661 atendida.

662 271. Então expandimos. A questão dos mercados de peixes
663 colocamos caminhões específicos para a coleta dos resíduos de
664 pescados que ficam à mercê nos mercados. Os caminhões estão à
665 disposição para tanto. Fizemos, também, para melhorar a logística
666 dos caminhões de coleta três estações de transbordo: uma em
667 Matinhos, uma em Guaratuba e outra em Pontal. Essas estações
668 estão devidamente licenciadas, obviamente que são estruturas que
669 contam com uma impermeabilização e com uma cobertura desse
670 material. Esses resíduos ficarão dispostos no máximo seis a oito
671 horas por que o que ocorre: essa época como Natal, Ano Novo e
672 Carnaval com um grande fluxo de veículos, o tempo que o
673 caminhão coletor leva para chegar até o Aterro Sanitário e retornar
674 para o ponto de coleta, muitas vezes 3, 4 horas. Com a subestação
675 de transbordo reduzimos esse tempo de uma forma bastante
676 significativa. Ao invés de percorrer 20km de engarrafamento, ele
677 percorre 3, 4 até a estação de transbordo e depois volta e leva de
678 forma definitiva esses resíduos para os aterros.

679 272. Então são otimizações que fizemos na coleta, espero que o
680 governo que está nos sucedendo faça uma boa gestão dessa
681 megaestrutura que vai ficar à sua disposição. Eram contratos em
682 torno de 6 milhões e o governador Pessuti nos autorizou a celebrá-
683 lo no valor de 9 milhões para que o Litoral tenha essa estrutura e
684 possa atender quem aqui chega.

685 273. A situação da balneabilidade que também é um terror nesse
686 período. O que ocorre: hoje já divulgamos o primeiro boletim da
687 temporada. Serão 13 boletins, 17 semanas de monitoramento e
688 vimos que dos 49 pontos que foram monitorados pelo Instituto
689 Ambiental do Paraná 46 pontos tornam-se próprios para banho.
690 Colocamos uma categoria intermediária, geralmente tem a
691 bandeira vermelha e a bandeira azul. Colocamos uma bandeira
692 amarela em local próprio para banho, porém, devem ser
693 observadas as chuvas das últimas 24 horas. Como temos chuvas
694 intensas a bandeira amarela entendemos como um local contra-
695 indicado para banho. Passado o período de chuvas intensas ele é
696 um local apropriado. Então, nesse primeiro diagnóstico que foi
697 realizado, os resultado estão sendo bastante positivos, assim, como
698 também, na costa oeste que 16 pontos monitorados nas praias
699 formadas pelo Lago de Itaipu até o momento nenhum impróprio.

700 274. Então no Litoral, nessa primeira demanda, temos um ponto
701 impróprio na Ponta da Pita, um ponto impróprio em Caieiras em
702 Guaratuba e Matinhos tem um ponto impróprio ali ao Mercado de
703 Peixes. Pontal até o momento não tem nenhum ponto impróprio
704 para banho.

705 275. Então são as ações iniciais. Estamos recomendando, também,
706 que a nossa Força Verde faça um trabalho essencialmente de
707 educação e acompanhe. Quando não for mais possível a orientação
708 que tome as medidas necessárias. Mas, primeiro, devemos focar na
709 orientação.

710 276. São esses os informes gerais sobre essa Operação. Agradeço o
711 apoio que tive de todos os senhores, principalmente os prefeitos do
712 Litoral durante essa nossa gestão. Foi um período curto de 9 meses,
713 porém, bastante intenso e agradeço a confiança depositada em
714 nosso trabalho por todos vocês.

715 277. Na próxima reunião do Conselho do Litoral já fica com uma

716 pauta pré-definida, que é a questão do Plano de Guaraqueçaba e já
717 a instalação do Grupo para elaboração do novo Regimento Interno.

718 Mais uma vez nossos agradecimentos e uma boa-tarde a todos.

719 LEVANTA-SE A SESSÃO.